



Teoricamente, parlamentar corre risco de ser cassado

Correio Popular é impedido de protocolar vídeo sobre Vini

O jornal Correio Popular entregou à Câmara Municipal as gravações que mostram o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) em reuniões suspeitas na empresa Smile Transporte, em Paulínia. A decisão de envio do material ocorreu após análise da assessoria jurídica do veículo, que deu parecer favorável condicionado à preservação constitucional do sigilo de fonte. Apesar de a Comissão Processante recuar da solicitação, publicando ato no Diário Oficial em 29 de julho e notificando o jornal em 30 de julho, sobre a perda de interesse no conteúdo, a direção do veículo manteve o envio em nome da prestação de serviço público. Mas, durante a tentativa de entrega presencial, o advogado do jornal Pedro Maciel enfrentou a recusa do protocolo na repartição da Casa, e não pode protocolá-lo de pronto.

Indignação

“A tragédia é que fui levar esse material até a Câmara e fui proibido de protocolar. Proibido. Isso é um absurdo, porque o direito de peticionar, de cada cidadão, das instituições junto às repartições públicas, é um direito constitucional. Então não é pouco isso. Eu tenho quase 40 anos de advocacia e nunca, em 40 anos, uma repartição pública obsteu um protocolo. Saí de lá, liguei para o presidente da Câmara, que prontamente se indigno”, conta Maciel.



ARQUIVO PESSOAL

Defensor ficou indignado com a negativa do protocolo

Material recebido pela presidência

Com o recebimento pelo presidente da Câmara Luiz Rossini (Republicanos-SP), o material ficou sob posse do Poder Legislativo. “Senhor Rossini foi de uma presteza absurda, pediu que nós levássemos o material até a Presidência e nos recepcionou”, completa o advogado. “Se a Comissão Processante usará ou não esse conteúdo é uma questão da Comissão Processante. Mas, há aspectos jurídicos que devem ser considerados por lá”, pontua Maciel.

Andamento processual

A CP já encerrou a fase de instrução. Nenhuma das seis testemunhas indicadas por Conti compareceu. A defesa desistiu de ouvir as que havia arrolado, e o único ouvido foi o perito Ricardo Molina, que depôs por videoconferência. Já Vini nega ter recebido dinheiro ou qualquer vantagem indevida e afirma que o malote que pegou continha documentos para denúncias sobre o transporte público.

PINGA-FOGO

Clínicas interditadas

O número de estabelecimentos de odontologia interditados pela Vigilância Sanitária de Campinas aumentou 280% entre 2024 e 2025, passando de dez para 38. Em 2026, apenas no primeiro semestre, já foram registradas 44 interdições, superando o total de todo o ano passado, segundo informações divulgadas pela prefeitura.

Interdições

Campinas possui 103.549 estabelecimentos com atividade de saúde sujeita à fiscalização, dos quais 1.829 são da área odontológica. As inspeções somaram 2.632 em 2024, 2.689 em 2025 e outras 1.400 apenas no primeiro semestre de 2026. No conjunto das fiscalizações, o órgão interditou 73 estabelecimentos em 2025.

Autos de infração

Entre eles, encontram-se farmácias, clínicas de estética e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Até julho deste ano, já foram 63 interdições. Além do aumento das interdições, a área odontológica, especificamente, registrou crescimento dos autos de infração, que passou de 113 em 2024 para 263 em 2025, alta de 133%.

Sem licença

Entre os problemas encontrados estão ausência de licença sanitária, estrutura física inadequada, falhas na esterilização de materiais, falta de responsável técnico e descarte incorreto de resíduos. A Vigilância Sanitária também encontrou estabelecimentos sem licença e casos de exercício ilegal da profissão.

Caráter orientativo

A prefeitura informa que “toda inspeção tem caráter orientativo” e que “a partir do que é encontrado, a vigilância avalia o risco à saúde”. Quando o risco é grave, “a interdição pode ocorrer de imediato, com ou sem multa. Quando não é grave, o responsável recebe um prazo para corrigir as irregularidades”.

Liberação

“A interdição não é, necessariamente, permanente: assim que o estabelecimento se adequa, ele é liberado. Em 2025, 67 estabelecimentos foram desinterditados; em 2026, já são 57. O tempo varia caso a caso — há locais interditados em 2025 e liberados apenas em 2026, e outros que seguem interditados”, acrescenta.



Vereadora disponibilizou provas às autoridades e exige investigação

Mariana Conti envia vídeos sobre reuniões de Vini ao MP

Vereador nega atos ilícitos e diz que imagens não contêm novidades

Por **Raquel Valli**

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP) encaminhou ao Ministério Público (MP), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e à Comissão Processante (CP) da Câmara de Campinas mais de uma hora de gravações de reuniões entre o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) e empresários do transporte coletivo. “É inegável a seriedade das gravações. Vini esteve na empresa diversas vezes e teve conversas evidentemente indecorosas com empresários ligados a uma licitação bilionária. Há indícios graves de tráfico de influência, de negociação de atuação em prol dos empresários em troca de financiamento para suas campanhas. Mais do que nunca, a Câmara precisa dar uma resposta à sociedade e cassar o mandato do Vini. Os demais órgãos que já apuram irregularidades devem contar com essas mídias para avançar nas investigações”, afirma.

O material foi entregue à parlamentar e à Presidência da Câmara por representantes legais do Correio Popular, que estavam em posse dos vídeos. A denunciante já vinha solicitando formalmente que a Co-

missão Processante requeresse acesso ao material à imprensa.

“Desde o começo da CP, destaco a importância de que a Câmara tenha acesso aos vídeos, porque entendo que isso é central para o bom andamento da investigação. Agora que temos acesso, eles precisam ser integrados aos autos. Também estamos disponibilizando todo o conteúdo a que tivemos acesso ao público, porque toda a população tem o direito de saber o que foi dito naquela sala de reuniões”, completa.

Em resposta, Vini Oliveira divulgou um vídeo nas redes sociais no qual negou ter cometido qualquer irregularidade. Afirmou que as gravações não apresentam fatos novos e disse que adversários políticos tentam utilizar o caso para prejudicar o mandato e a pré-candidatura dele a deputado estadual. “Estão procurando algo que não existe para me incriminar. Isso é um tremendo absurdo”, disse. Também afirmou que o MP já possui a íntegra das gravações e voltou a citar a manifestação do perito Ricardo Molina, assistente técnico da defesa, que sustenta que os trechos divulgados pela imprensa foram editados e não podem ser analisados sem acesso aos arquivos originais.